

PINGA-FOGO

■ **ABUSO DE 'AUTORIDADE' MORTAL** - A morte de uma adolescente pelo uso abusivo de um carro oficial do estado do Rio, em uma pista exclusiva do BRT, levanta uma situação grave que já foi denunciada pela coluna várias vezes. A prática só ocorre pela proliferação de placas reservadas, sem cadastro e que fazem as multas não serem aplicadas. Um instrumento que deveria proteger autoridades do alto escalão, acabou sendo desvirtuado e passou a ser usado de forma abusiva pelos condutores, pela garantia de impunidade.

■ Com as viaturas no limbo, já que não podem ser identificadas pelos OCR das câmeras de trânsito, que garantem a leitura automática dos números e letras e identificam os veículos, os carros oficiais pintam e bordam. Excesso de velocidade, uso de faixas proibidas e até estacionamentos irregulares.

■ **A adolescente de 17 anos foi assassinada, pelo carro que estava a serviço da Secretaria de Cultura, ao atravessar a pista do BRT sem imaginar que, além de ônibus, ela era usada irregularmente por viaturas em alta velocidade em demonstração de poder e abuso fugindo do engarrafamento. Vale ressaltar que a secretária de Cultura estava no exterior e que o condutor cometeu a irregularidade por estar de posse de um veículo com placa reservada. Uma vida foi ceifada. Isso não seria suficiente para o estado adotar uma medida punitiva e coibir a proliferação deste instrumento usado de forma abusiva como demonstração de poder e de estar acima do bem e do mal?**

■ A coluna sempre bateu duro no uso abusivo de giroflex (que foi reduzido) e as placas "secretas" nas mãos de condutores irresponsáveis.

■ **O prefeito Eduardo Paes promete punir os carros da Prefeitura do Rio que usarem a pista do BRT. Em 2022, Felipe Zelino, que ocupava um cargo comissionado na prefeitura e dirigia uma viatura de serviço, atropelou e matou o garçom Renê Martins, dirigindo em alta velocidade em uma pista de BRT. A prefeitura adotou tolerância zero a partir desta fatalidade.**

■ **PUNIDO PELO ABUSO** - Nas estradas, a PRF está utilizando a leitura de placas para combater a criminalidade. O prefeito Léo Vieira, de São João do Meriti, não devolveu a placa que recebeu da Alerj quando era deputado estadual e foi parado. Transportava R\$ 117 mil que foram apreendidos e virou escândalo na mídia. Ao denunciar o mandato parlamentar, ele deveria ter devolvido a placa reservada e agora paga uma condenação midiática. Fica um aviso para as autoridades: a Polícia Rodoviária Federal vai continuar parando os carros que estão com placas sem identificação no banco de dados do Detran.

■ **ALMOÇO NADA SECRETO** - Apesar de ter desviado o almoço, originalmente marcado para o restaurante Alcaparra, um conhecido advogado muito ligado ao Guanabara e dono de uma das melhores adegas da cidade, foi visto almoçando na Marina da



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

'A nossa missão é trabalhar por eleições com lisura'

Desembargador Peterson Simão toma posse como presidente do TRE-RJ

O desembargador Peterson Barroso Simão assumiu, nesta quinta-feira (26), a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ). Na solenidade, realizada no Plenário Ministro Waldemar Zveiter, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJR), o desembargador Claudio Mello Tavares tomou posse como vice-presidente e corregedor eleitoral.

Sucessor do desembargador Henrique Figueira, o novo presidente do TRE-RJ ressaltou que está pronto para os desafios e atividades da Presidência. "Preto honrar os colegas do Tribunal de Justiça com o meu desempenho e trabalho. Temos a pretensão de visitar as comarcas do estado para sentir no local das zonas eleitorais os pontos positivos e negativos com o intuito de aperfeiçoar as eleições do futuro", frisou Barroso.

"É importante contar com uma Justiça Eleitoral forte, atuante, fiscalizadora, cujos atos são emitidos e executados com celeridade e com um significado imparcial da toga. A nossa missão é trabalhar por eleições com lisura, em um evento popular de paz, com resultados corretos, que venham eleger os representantes que cumpram as leis eleitorais", pontuou o novo presidente.

Já o novo vice-presidente e corregedor regional eleitoral, o desembargador Claudio Mello falou sobre a continuidade no tribunal. "Hoje celebramos mais do que uma mudança

de gestão. Celebramos a continuidade de um ideal, de um compromisso inabalável com a democracia, a justiça e o cidadão. Neste Tribunal, defenderemos com rigor o direito do povo a escolher os seus representantes sem que forças paralelas interfiram na sua decisão. O voto pertence ao eleitor e somente a ele. Nossa gestão será implacável com as fake news e o discurso de ódio eleitoral", disse.

"A missão que hoje assumimos não é um fardo, mas um privilégio. Estar à frente da Corregedoria significa ser guardião da democracia, defensor do direito e fiador da liberdade. Dedicarei cada dia do meu mandato à proteção desses valores fundamentais", concluiu o desembargador Claudio Mello.

A mesa de autoridades foi composta pelo desembargador Henrique Figueira, ex-presidente do TRE-RJ e do TJRJ, representando o Tribunal de Justiça; o secretário da Casa Civil, Nicola Miccione, representando o Governo do Estado do Rio; a deputada Tia Ju, 2ª vice-presidente da Assembleia Legislativa (Alerj); os ministros Antonio Saldanha e Messod Azulay Neto, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); o secretário municipal de governo do Rio, Felipe Santa Cruz; a procuradora regional eleitoral, Neide Mara Cavalcanti de Oliveira; e o desembargador federal Guilherme Calmon, presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2).



A cerimônia de posse foi realizada no Plenário Ministro Waldemar Zveiter, no Fórum Central do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro



Secretário de Estado da Casa Civil, Nicola Miccione compôs a mesa de autoridades representando o Governo do Rio



Novo presidente do TRE-RJ, o desembargador Peterson Barroso Simão ressaltou que trabalhará para aperfeiçoar as eleições, visitando as comarcas do estado



O presidente do TRE-RJ, desembargador Peterson Simão (e); e o vice, desembargador Claudio Mello Tavares (d), durante a solenidade de posse no TJRJ



O novo presidente do TRE-RJ, des. Peterson Simão, entrou no plenário acompanhado pelos desembargadores Helda Meireles, Renata Cotta, Guaraci Vianna e Luiz Henrique Marques



O desembargador Cláudio Mello, novo vice-presidente e corregedor regional eleitoral do TRE-RJ, foi conduzido ao local pelos desembargadores Maria Inês Gaspar, Lidia Sodré, Eduardo Gusmão e Fernando Chagas

Glória com o vice-governador Thiago Pampolha. Nada demais ter amizade e almoçar com o vice, o que ficou feio foi tentar esconder algo tão normal.

■ **CLIENTE RADIOATIVO** - O advogado baiano Ciro Soares está em voo solo. O escritório de advocacia que o tinha como sócio jura de pé junto que rompeu seus laços e Ciro andou fazendo incursões na área de Meio Ambiente para conseguir a licença de um cliente radioativo ligado à área de combustível. Fez quatro abordagens incômodas para tentar liberar uma licença que beneficia o cliente que motivou seu desligamento do grande escritório que atuava. Soares é aquele que se apresentava como "qua-

se genro" de um ministro do STF e que usou esta aproximação fictícia para fotos e azeitar seu prestígio no meio jurídico.

■ **DESESPERO PELA TERRANA** - Causou estranheza a incursão do presidente da Codin, Fábio Picanço, na Secretaria da Fazenda e o embate ríspido que promoveu na tentativa de trocar o titular da Inspeção de Duque de Caxias e nomear um amigo. Nas paredes da Sefaz, a rispidez e o desespero têm como objetivo resolver problemas da Distribuidora Terrana, que, aliás, pertencem aos mesmos clientes radioativos do advogado baiano Ciro Soares. A estranheza deve-se ao fato de Picanço ter sido sempre elogiado pela sua cordialidade.

■ **PERDA DA CONCESSÃO DA CEBGÁS** - O Tribunal de Contas do Distrito Federal tem um processo explosivo. Ele pede o fim da concessão de gás da CEBGÁS, a estatal do GDF que nunca conseguiu tirar o papel em mais de uma década nada do que foi concedido na área do gás encanado. Esta é a razão de Carlos Suarez tentar levar o gasoduto para Brasília e transformar o seu patinho feio em um cisne bilionário.

■ **PERDERAM O MEDO?** - E a Petrobras hein? Caiu na mira do TCU por causa da bilionária encomenda de R\$ 16 bilhões para embarcações de alto-mar. A corte de con-

tas foi acionada por uma denúncia da Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, Transporte e Logística, que afirma que as empresas Bram Offshore Transportes Marítimos e Starnav Serviços Marítimos foram favorecidas em licitações realizadas em 2024 para o afretamento e construção de 12 embarcações OSRV, destinadas à contenção de derramamentos de óleo no mar. A turma deste negócio bilionário são os operadores que possuem as mesmas digitais da época do Petrolão. Os dirigentes da estatal perderam o medo? O TCU vai olhar com lupa e microscópio estes negócios com ecos do passado.

Fernando Molica

Posição de Fux sobre pichadora ajuda a esvaziar anistia

Ao anunciar que deverá sugerir redução da pena de 14 anos de prisão proposta para a cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, a do batom, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, deu um passo relevante para esvaziar a proposta de anistia a golpistas.

Criminalistas e estudiosos da violência urbana não se cansam de criticar projetos de aumento de penas. Costumam ressaltar que o importante não aumentar penas, mas transmitir à sociedade — e isso inclui os criminosos — de que não haverá impunidade. Dependendo do crime, penas muito pesadas tendem gerar simpatia pelos condenados, geram um efeito oposto ao pretendido pela Justiça.

No caso de Débora, a pena sugerida pelos ministros Alexandre de Mo-

raes e Flávio Dino é justificável. Como explicou o ministro Cristiano Zanin, todos que contribuem para um crime devem ser punidos — o sujeito que toma conta de um refém é tão culpado quanto aqueles que o sequestraram.

Bolsonarista, defensora de um golpe militar, Débora deixou os filhos, deixou os filhos de lado e foi para Brasília aderir ao grupo que tentava derrubar o presidente Lula. Participou de manifestação diante do Quartel-General do Exército, marchou em direção à sede do poder, não recuou diante da violência provocada por seus aliados, e tratou de deixar sua marca.

Ela está longe de ser inocente, o problema é que a ideia de que será condenada a tanto tempo de prisão apenas por pichar uma estátua com batom é muito forte, transmite uma

sensação de injustiça, principalmente num país que sofre tanto com a violência urbana. Débora personifica a versão de que os condenados são apenas patriotas que perderam o controle e exageraram na dose, substituíram assim a imagem fake das velhinhas com bíblia na mão.

Na prática, pouco importa que ela jamais ficaria na cadeia por tanto tempo. Presa desde março de 2023, Débora, mesmo se condenada aos tais 14 anos, deverá sair do regime fechado ainda este ano. Isso, graças à progressão de regime. Como mostrou semana passada a coluna Correio Bastidores, mesmo os condenados no caso do 8 de Janeiro à pena de 17 anos e seis meses de reclusão deverão ficar trancafiados por cerca de três anos e meio.

Fatos dependem do jeito que são

contados. Muitos dos que condenam a progressão de regime, que reclamam desse tipo de concessão a criminosos comuns, tratam de esquecê-la na hora de falar dos golpistas. Omitem para fortalecer seus argumentos, o que é normal em discussões.

A ênfase do STF nas penas mais duras contribuiu para a percepção de que a grande maioria dos que participaram da intentona de 8 de Janeiro foi condenada a penas exageradas, semelhantes às aplicadas a homicidas.

Mas como o próprio ministro Alexandre de Moraes citou, os condenados a 14 anos ou mais representam 41% dos considerados culpados (48% receberam pena de até um ano, que não gera prisão). Ao aliviar a pena de Débora, Fux faria com que ela deixasse de ser vista como vítima.

Como Dino ressaltou, muitos golpes produzem mortes apenas depois de implantados, como no caso do que houve por aqui em 1964. A virada de mesa pedida por Débora e por milhares de tantos outros manifestantes desandaria numa ditadura que, como qualquer outra, torturaria e mataria. Ao clamarem pelo golpe — eufemisticamente por eles chamados de "intervenção militar" — a cabeleireira e outros entusiastas clamavam pela morte dos que consideram inimigos. Pregavam o ódio e o assassinato em massa.

Todos os culpados — inclusive, e principalmente, os mentores da tentativa golpista — precisam ser punidos e não devem ser anistiados. Mas é necessário também evitar que o excesso de tinta na caneta que pune seja usado para escrever futuros perdões.